

Wagner versus “La Donna è Mobile”: o Planejamento de Cidades e o Debate no Distrito Federal nos Anos de 1920 a 1950

Introdução

Nas cinco primeiras décadas do século XX é gradativamente construída uma agenda urbanística em cidades brasileiras e o Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro, é um dos centros desse processo alimentado por fatores como a circulação de propostas divulgadas em livros e em revistas técnicas¹ e a disposição dos governos locais e da União de promoverem reformas e contratarem projetos. A atuação do estado no campo do urbanismo se expressa principalmente na forma de melhoramentos, obtendo sucesso quando se encontram conjugados o poder de decidir sobre as intervenções e os recursos para realizá-las².

A década de 1920, a última da República Velha, marca o início da luta por iniciativas que integrem projetos isolados, através de planos ou normas gerais. Por outro lado, as décadas de 1930 e 1940 constituem um período em que mudanças significativas se dão na sociedade brasileira nos campos político, jurídico, econômico e social, que se rebatem nas cidades brasileiras e nas suas formas de gestão.

Com o Movimento de 1930³, que traz Getúlio Vargas ao poder, ascendem setores agrários não diretamente ligados à produção cafeeira ou à exportação como na República Velha, representantes das classes médias ligados ao tenentismo e representantes da burguesia industrial. Inaugura-se uma nova etapa, na definição dos rumos do capitalismo industrial no país, observando-se no plano econômico, o deslocamento do eixo da economia do pólo agro-exportador para o pólo urbano-industrial. (Saes, 1984 e 1997, Diniz, 1997)

Cresce, com isso, a importância das cidades, em grande parte, resultante do processo de industrialização, impulsionado por condições políticas e institucionais. A política industrializante concorre para um projeto de um Brasil urbanizado, no qual o papel dos interventores e prefeitos nomeados é determinante na gestão de cidades.

Na década de 1930, a construção de um estado nacional, forte, capaz de enfrentar os problemas através de uma gestão organizada, faz parte das aspirações de alguns setores da intelectualidade⁴ brasileira. Especialmente, a partir de 1937, no Estado Novo (1937-1945), a intenção de construção de uma nova nação orienta-se para políticas educacionais, culturais, de proteção aos recursos naturais, de organização dos trabalhadores e de organização da administração pública, inclusive a municipal, caracterizadas pela centralização do poder de decisão com descentralização controlada.

Dentro desse quadro, se rebatem os ideais municipalistas como elemento constituinte da construção da nação brasileira e fator concorrente para a atenção dada às cidades. Esses ideais constituem, contudo, um paradoxo em face do caráter intensamente centralizador⁵ do Estado após 1930 e principalmente no Estado Novo, após 1937, em termos políticos, administrativos e financeiros.

As reformas nas finanças, nos setores de justiça, educação e administração se farão acompanhar de uma série de medidas como a criação dos institutos, como órgãos de formulação e controle de políticas setoriais, das interventorias estaduais, como meio de enfraquecimento ou controle do poder de grupos dominantes regionais, dos conselhos e das comissões, como órgãos consultivos e como forma de composição e organização de posições contraditórias. O ideal reformista permeia a administração, traduzido pelas mãos de uma elite técnica cosmopolita⁶ e conhecedora de experiências de outros países.

No campo da administração pública, as ligações teóricas entre a reforma empreendida no Brasil, com as teorias de racionalização da administração desenvolvidas principalmente nos Estados Unidos não podem ser desprezadas, como mostraram Siegel (1966) e Grahan (1968). No setor da educação é reconhecida a importância de Anísio Teixeira e suas propostas relacionadas à “escola nova” baseadas em John Dewey, com quem teve contato no final da década de 1920.⁷ No campo específico do planejamento de cidades, da mesma forma, os Atos e as medidas adotadas H. Hoover, Ministro do Comércio e, posteriormente, Presidente dos Estados Unidos em 1928, relativos à gestão de cidades, se traduziram em inspiração para países, entre eles o Brasil.

O conjunto dessas mudanças forma um enquadramento para a construção e consolidação do saber urbanístico e de sua aplicação no Distrito Federal, o que nos permite perceber, desde a década de 1920, um grupo de profissionais, que luta pela existência de práticas de urbanismo ou de planejamento de cidades. Entre eles, destacamos os engenheiros Washington Azevedo⁸, Armando de Godoy⁹ e José Octacílio Saboya Ribeiro¹⁰, os dois últimos autores com expressiva atuação junto ao corpo técnico do Distrito Federal. Destacamos, ainda, o engenheiro Luiz Ignácio de Anhaia Mello¹¹ pela importante função na circulação de idéias, que se expressam na agenda urbanística em construção no Distrito Federal.

O debate, contudo, inclui outros profissionais, com alguma ou nenhuma vinculação com os círculos oficiais, e, como pretendemos mostrar, com diferentes compreensões do significado da atuação urbanística e, por vezes, defensores de propostas oriundas de diferentes correntes, como é o caso das idéias do urbanismo moderno, que aportam entre nós principalmente através de Le Corbusier.

Por outro lado, cumpre destacar que os termos plano e projeto se confundem em sua aplicação à época, sendo utilizados frequentemente, com conteúdos diversos, mas objetivos semelhantes, por vezes para justificar a ausência reclamada de um instrumento que integre as ações ou intervenções de governo.

A respeito, lembramos a afirmação de Villaça sobre a maior ou menor proximidade da prática ou discurso do Estado sobre o espaço urbano com o conceito de plano, quanto mais forte e simultaneamente estiverem presentes o tratamento abrangente do espaço urbano, a continuidade de execução e a necessidade de atualizações, a interferência sobre grandes contingentes de população, além do papel dos organismos políticos formais na sua preparação. (2004, p.174) No debate, que buscamos iluminar, torna-se possível verificar por parte de alguns profissionais a demanda por instrumentos que promovam a integração de ações, que se aproximam das condições levantadas pelo autor. Devemos, entretanto, destacar, que não discutiremos a possibilidade ou não desses instrumentos alterarem as condições presentes na cidade à época.

O final da República Velha e o início do debate

A década de 1920, última da Velha República, representa para o país o final de um período marcado pelo domínio das oligarquias regionais. Para o Distrito Federal, no campo do saber urbanístico, trata-se do início de debate, que se encaminha no sentido de dotar a cidade de um plano geral de melhoramentos e da ampla utilização do instrumento do zoneamento. Com este ideal, encontramos Armando de Godoy, engenheiro da Prefeitura do Distrito Federal, atuando na defesa do planejamento e do estabelecimento de normas de uso e construção.

Em 1924, é o relator da Comissão para elaborar o Regulamento de Construções (Decr. 2021/1924, Decr. 2087/1925), encomendado pelo Prefeito Alair Prata (1922-1926), cuja preparação se inspira

na obra de Lawrence Veiller, *The Model Housing Law*, orientando-se igualmente pelos debates que sobre o assunto houve no Instituto Politécnico desta cidade, como também nos artigos de vários números do Boletim daquele Instituto, publicação técnica muito apreciada pelos nossos engenheiros e arquitetos. (Godoy, 1943, p.320).

Desde 1923, em trabalho apresentado ao Congresso de Higiene na Cidade do Rio de Janeiro, afirma a necessidade inadiável de um plano para o Rio: “Razão havia de sobra para isso, pois, se há uma cidade que pede um plano de conjunto para as suas transformações, essa cidade é o Rio de Janeiro”. Durante anos, com intervalos curtos, faz por vários periódicos, "O Jornal", "Jornal do Comércio", "Jornal do Brasil", "O Globo" e "A Noite", uma propaganda contínua,

focalizando e salientando a necessidade de um plano de expansão e de remodelação para o Rio, sem o qual os problemas não seriam bem resolvidos. (ibidem, p.322)

O debate agrega José Mariano Filho, médico, crítico e historiador da arte brasileira, o qual segundo Godoy: "...com grande brilho, através de admiráveis artigos, mostrou antes de mim a conveniência da vinda de um "city-planner" para elaborar um plano de remodelação para o Rio". (ibidem.322) Participam, ainda, da propaganda na imprensa outros profissionais como Gelabert de Simas, Joaquim Sousa Leão, Marcelo Taylor, Matos Pimenta, debate que ecoa e obtém o apoio do Rotary Club, quanto à necessidade de um plano, o que influi na vinda de D. Alfred Agache em 1927 na administração do Prefeito Prado Júnior e na contratação do Plano de Embelezamento e Melhoramentos para a cidade do Rio de Janeiro de 1927 a 1930. (ibidem, p.78). Uma das medidas que antecedem o plano é a contratação da Planta Cadastral, recomendada por Agache.

A contratação de um arquiteto estrangeiro, contudo, não é uma unanimidade. Adelstano Porto D'Ave, dirigente do Clube dos Bandeirantes, organização composta por setores representativos da elite carioca e presente em vários debates à época, critica em 1929, já com a preparação do plano em andamento, não só a escolha de um profissional estrangeiro, assim como os custos relacionados e a própria contratação da empresa responsável pelos levantamentos para a Carta Cadastral, a "Aircraft Operating Company"¹². (Porto D'Ave, p. 4)

E, ainda que, a maioria dos artigos escritos no final da década de 1920 divulguem o plano de Agache e suas propostas, Antônio Ferreira de Souza Pitanga (1928) alerta para o seu possível plágio ao repetir estudos existentes de autoria de Cortez e Bruhns¹³, sem dar-lhes o crédito necessário.

Godoy se torna o elemento de ligação entre o escritório de Agache e a Prefeitura do Distrito Federal, da qual é engenheiro, mas acaba transferido o que parece mostrar mais uma vez a falta de unanimidade na aceitação das propostas em preparação:

Fui convidado por ele para servir de traço de união entre o seu escritório e antiga Diretoria de Obras, o que aceitei, chamando desde logo a atenção do Sr.Agache para as boas soluções sugeridas por técnicos ilustres com relação a alguns problemas urbanos. Isso, porém, durou pouco tempo. Por motivos de intrigas; fui removido para bem longe do centro da cidade, isto é, para chefiar uma circunscrição que fica nos limites do Distrito Federal". (ibidem, p.323)

Urbanismo, para Godoy, "quer dizer ordem e harmonia entre todos os elementos da cidade, os subterrâneos, os superficiais e os elevados. (ibidem, p.332) Para Agache é "a remodelação, a extensão e o embelezamento de uma cidade, levados a efeito, mediante um estudo metódico da geografia humana e da topografia urbana sem descuidar as soluções financeiras". (Agache,

1930, p.4) As idéias de Godoy e de Agache¹⁴ sobre urbanismo se aproximam, encaminhando-se no sentido de considerar a cidade em sua complexidade. Os meios a serem utilizados seriam o pleno conhecimento do objeto, o plano diretor, o zoneamento, as normas resultantes do plano e a comissão encarregada para acompanhá-lo. A visão de plano contempla o tratamento abrangente do espaço urbano, a continuidade de execução e a necessidade de suas atualizações. (Villaça, 2004)

Na década de 1920, o debate relacionado ao planejamento de cidades envolve no Distrito Federal os antecedentes à contratação do Plano de autoria de D. A. Agache e as suas propostas. Entretanto, o ideário urbanístico não se encontrava pactuado quanto a seus meios, como afirma Godoy, posteriormente, em artigo de 1936:

..., a lei que oficializou o Plano Agache passou a ser letra morta. Eu, por tal motivo, pedi que me transferissem da Divisão de Urbanismo, a qual mudou de nome por tal palavra inspirar pouca simpatia a alguns colegas, que, não obstante os conhecimentos e ilustração que possuem, ainda não aceitaram os planos diretores, sem os quais não é possível a coordenação dos serviços e elementos urbanos. (ibidem, p.330)

A circulação de idéias entre os profissionais concorre de forma intensa para o debate, mesmo em diferentes cidades, como é o caso do urbanista e engenheiro paulista L. I. Anhaia Mello. A importância do autor na divulgação de idéias é significativa, sendo citado pelos urbanistas Washington Azevedo e Saboya Ribeiro em publicações no decorrer década de 1930,,

Em 1929, Anhaia Mello, através de seu livro “Problemas de urbanismo, bases para a resolução do problema técnico”, reúne palestras realizadas ao longo de 1928 e 1929 e produz um documento sobre administração municipal com foco no urbanismo, comparando experiências da França, Alemanha e Inglaterra, detendo-se profundamente nas propostas dos EUA.

A consulta a seu acervo pessoal permite identificar um profissional orientado para novas idéias no campo urbanístico, inclusive as de D. A. Agache, e o que ocorria em diferentes países, em especial os E.U. A.¹⁵ Registra, de forma irônica, a inconstância da atuação urbanística¹⁶:

Em matéria de Urbanismo os americanos estão na vanguarda do mundo; são wagnerianos dessa ciência e arte, enquanto nós ensaiamos ainda o «La donna è mobile» de projetos fracionados. Lá, resolvidos os problemas da cidade, já se procura dar solução aos dos grandes distritos ou regiões metropolitanas, como New York, Chicago, Philadelphia, Boston, S. Francisco, Pittsburgh, Washington e outros.(Anhaia Mello, 1929, p. 31)

Para Anhaia Mello, “Urbanismo é cooperação, tarefa da comunidade inteirabom urbanismo significa apenas esforço raciocinado para dar a cada atividade urbana uma oportunidade feliz de se realizar com perfeição e economia”.(p.38) O instrumental urbanístico de Mello aproxima-



O Urbanismo. Fonte: Anhaia Mello, 1929.

O debate na Era Vargas

No início da década de 1930, a luta pelo planejamento no Distrito Federal utiliza-se do caso concreto do Plano Agache que, após a Revolução de 30 e com as mudanças políticas e institucionais, não é implantado¹⁷. Cria-se, não obstante, na administração do Prefeito Adolpho Bergamini (1930-1931) uma Comissão do Plano da Cidade¹⁸, que o avalia e recomenda a sua aprovação com “as modificações de detalhes ou correções que a economia e as condições ulteriores do desenvolvimento da cidade imporão”. (Reis, p.101) A comissão após trabalhar por vários meses sem prestígio junto ao Prefeito Pedro Ernesto (1931-1936), e com o plano diretor ignorado pela nova administração, acaba por se demitir.

O não reconhecimento do plano como diretriz para o desenvolvimento da cidade se traduz numa questão mais grave de ausência de um instrumento que integre as ações de governo. Os

o de Godoy, compreendendo, além do instrumento do zoneamento, planos e comissões de planejamento, esta última vista como a condição para o exercício do urbanismo. (p.38)

No final da década de 1920, na construção do saber urbanístico no Brasil, ocorre uma expansão da temática (Feldman, 2010) com a introdução de novas possibilidades ao menos no nível da teoria, configurando-se um novo paradigma nesse campo de conhecimento. Trata-se do entendimento e da transformação do urbanismo em planejamento e gestão de cidades, tema que inclui o plano diretor e as comissões de planejamento, além das normas de regulação do uso e ocupação do solo. É esse tipo de planejamento que será cobrado da Prefeitura do Distrito Federal após 1930.

questionamentos são levantados por Armando de Godoy (1935, 1936), que discorda do abandono do documento, Carmen Portinho (1934) e, ainda, J. O. Saboya Ribeiro (1936) e Mário de Souza Martins(1937) , que alertam para a necessidade de um plano para a cidade. W. Azevedo, entretanto, não considera o Plano Agache um verdadeiro plano "..., pois não chega a passar de mero esboço sentimental, sem nenhuma base técnica na maioria de seus aspectos, não pode estar em vigor por ser impraticável. (1934, p.10)

Em 1936, o debate tem prosseguimento. Desta vez pela via oficial. Valdemar de Mendonça¹⁹, em parecer da Diretoria de Engenharia da Secretaria de Viação e Obras, em processo no qual o Centro Carioca apela para a adoção de um plano diretor para a cidade, torna evidente a intenção oficial de não aplicá-lo, lamentando que o Plano Agache teve a duração "das rosas de Malherbes"²⁰ e sugerindo um concurso internacional para outro plano. Em 1937, a aprovação do Aeroporto Santos Dumont²¹, em desacordo com o documento em sua área mais nobre, afasta ainda mais alguma possibilidade de sua aplicação, mas não cessa a luta pelo planejamento

Anos mais tarde, em 1943, o Prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) iria se justificar por não implantá-lo:

Nunca houve Plano Agache. Houve esboço de planos de urbanização sistemática da cidade elaborado pelo ilustre arquiteto urbanista de 1928 a 1930. O esboço elaborado não foi convertido, por ato oficial, em plano, razão pela qual não foi obedecido e muito menos desobedecido como é corrente invocar-se. (1943, p.3)

Quanto à sua oficialização na administração Pedro Ernesto, anterior a de Dodsworth, esta havia sido registrada por Godoy em artigo de 1936, republicado em 1943: " Apesar de se tratar de um ato de grande alcance para a nossa Capital, apenas três pessoas assistiram S. Ex. assinar no momento a lei referente ao Plano Agache. Essas três pessoas fomos o Dr. Amaral Peixoto, o Capitão Delso da Fonseca e eu." (ibidem, p.329)

Contudo, se é negado pela Prefeitura do Distrito Federal - PDF um plano ordenador, uma parte da demanda dos profissionais urbanistas é atendida. A recriação da Comissão do Plano da Cidade - CPC em 1937 e a criação do Serviço Técnico do Plano constituem a tentativa empreendida pelo Prefeito H. Dodsworth de responder às críticas.

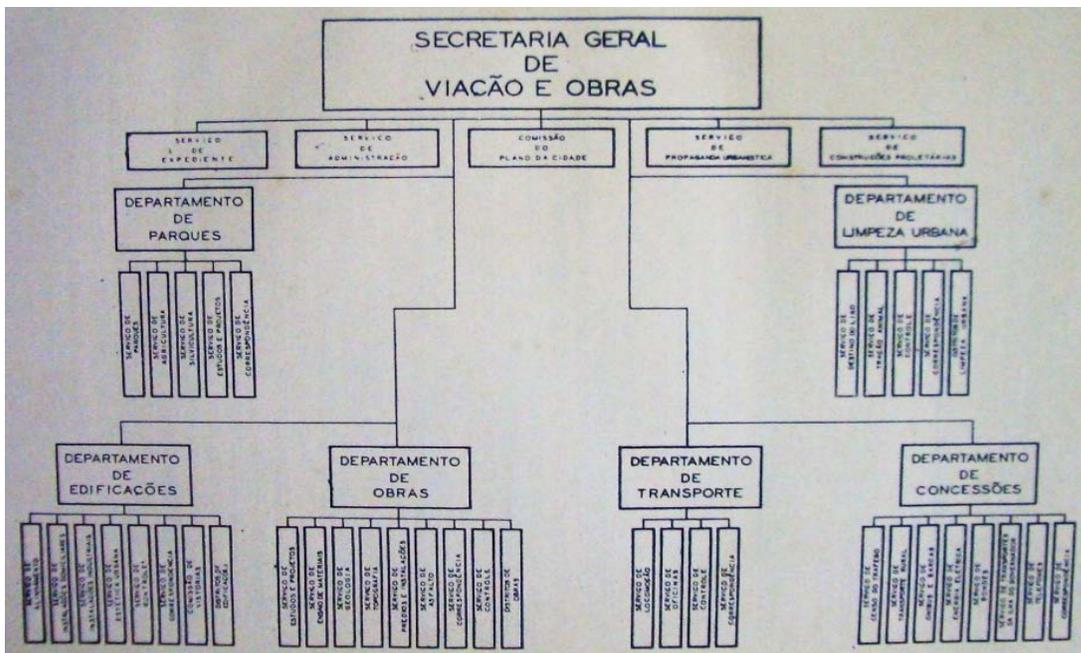
A instituição de Comissões de Plano de Cidades faz parte da agenda urbanística²² recomendada por Armando de Godoy, Washington Azevedo, J. O. Saboya Ribeiro, além de L. I Anhaia Mello e atende parcialmente às questões envolvidas no debate. Em especial, Washington Azevedo e Saboya Ribeiro podem ter sido decisivos na instituição da CPC no Distrito Federal em face da proximidade com setores governamentais.

A relação de W. Azevedo com a administração pública e a divulgação de suas idéias, se dão a partir de seu trabalho para o Governo do Estado de Minas Gerais, origem do livro “A Organização Técnica dos Municípios”(1935):

Com o advento da revolução de 1930, os Prefeitos passaram a ser nomeados pelos interventores. Centralizou-se a administração municipal...O Dr. Gustavo Capanema, então Secretário do Interior do Estado de Minas, compreendendo a necessidade de um controle exclusivamente administrativo, portanto, de caráter técnico, submeteu o problema à nossa opinião, em maio de 1932. (1935, p.vii)

Gustavo Capanema se torna a partir de 1934 Ministro de Educação e Saúde do Governo do Presidente Getúlio Vargas, com ampliação de seu poder e, possivelmente sobre novas idéias relacionadas à gestão urbana, inclusive a do Distrito Federal, capital da República.

Por outro lado, Saboya Ribeiro está próximo aos quadros da PDF, principalmente do seu Presidente José de Oliveira Reis²³ e a partir de 1937 atua como consultor em projetos da CPC. Em 1936, defende a instituição da gestão das cidades por comissões, citando expressamente uma Comissão do Plano da Cidade com o fim de “velar pelo crescimento das cidades e por seus melhoramentos; comissão apolítica e fora dos quadros administrativos das municipalidades e que grandes serviços tem prestado a cidades como Nova York.”(p.92)



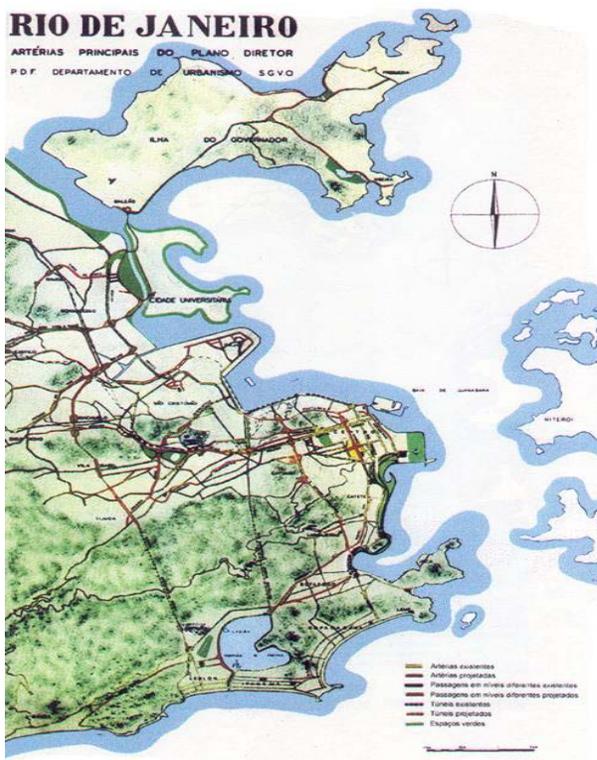
A Comissão do Plano da Cidade PDF. Fonte: Relatório da Administração Dodsworth, 1942.

Por outro lado, suas afirmações (1936) refletem o desejo por um estado forte e organizador, antiliberal, que resolva as grandes questões nacionais das cidades e que estructure o campo a

partir da localização de indústrias pelo território nacional. Ser contra o liberalismo traduz-se nesse período por ser contra as oligarquias dos estados, que dominavam há longo tempo o cenário político, e também, por ser a favor de um desenvolvimento industrial. Tais ideais parecem justificar a sua afinidade e, por consequência, as oportunidades de trabalho ao longo da vigência do Estado Novo.

No Distrito Federal, a CPC é criada pelo Decreto-lei nº. 6092 de 08 de novembro de 1937, aprovado pelo Presidente, o que mostra a intenção de lhe conferir importância. Sua função, entre outras, é preparar o Plano Diretor da cidade e zelar por sua execução, organizar os regulamentos necessários, os projetos e a divulgação do planejamento. (Martins, 1937)

É composta por cinco membros²⁴ indicados pelo prefeito e em sua formação inicial é presidida pelo engenheiro José de Oliveira Reis²⁵. Tal escolha e a ausência de Godoy entre os membros iniciais da CPC, num período em que é o Redator Chefe da Revista da Diretoria de Urbanismo, parecem indicar o seu enfraquecimento diante dos círculos oficiais pelas posições assumidas em defesa do planejamento e de um plano diretor.



Como resposta à ausência de um instrumento regulador para o Rio de Janeiro, a comissão define um conjunto de obras, através da reunião de projetos, viários e de urbanização resultantes do desmonte de morros e do aterro de áreas, que expressa a opção pelo urbanismo de projetos fracionados e não por aquele constante da agenda urbanística em discussão, baseado em dados e levantamentos, embora contemplando intervenções locais integradas.

Produz-se, pois, de imediato uma contradição entre os objetivos da comissão e a forma de atuação na cidade.

Plano de Melhoramentos da CPC (1937).

Fonte: Reis, 1977.

A dificuldade de denominar essa reunião de projetos, ora mencionada de forma equivocada ou simplesmente melhoramentos, parece perseguir os autores de artigos de divulgação dos feitos da administração²⁶. Dodsworth responde aos que pedem um plano, entretanto, não oferece um plano diretor, mas importantes obras que apresentam a vantagem da disposição oficial para realizá-las. A sua forma de atuação é a execução de um grande volume de obras de obras favorecida pela centralização de poder do período do Estado Novo.

Uma das formas de desqualificar a comparação com o Plano Agache é negá-lo. Para tanto, o engenheiro Edison Passos (1941)²⁷, Secretário de Viação e Obras, refere-se ao Plano Agache como um esboço de plano, termo que Dodsworth iria repetir em 1943.

Tem início um período de intensa atividade para a Prefeitura. Na XIª Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro em 1938 a Prefeitura apresenta os projetos da CPC para a área da Esplanada do Castelo, do desmonte do Morro de Santo Antônio e do aterro resultante nos bairros da Glória e Flamengo²⁸. A exposição é visitada pelo Presidente Getúlio Vargas, que se compromete com a abertura da Av. do Mangue posteriormente Presidente Vargas.

Com essa comissão, são construídas as bases para a institucionalização do urbanismo como atividade no âmbito da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e em 1945 ela é transformada em Departamento de Urbanismo-DUR²⁹, ligado à Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, parte da estrutura oficial da administração local. Ao longo do tempo, passam por sua chefia diversos técnicos. O engenheiro José de Oliveira Reis é seu diretor nos anos de 1937 a 1945³⁰ e, após a criação do DUR, de 1945 a 1948. Posteriormente à transformação da Comissão em Departamento de Urbanismo, em 1948, Affonso Eduardo Reidy alterna duas vezes a direção do DUR com Oliveira Reis.

Idéias e propostas em circulação

Vamos encontrar à época, entre os autores que pesquisamos, o relato de iniciativas no campo do urbanismo de países como a Alemanha, a Inglaterra, a França e os E. U. A.³¹, este último citado com frequência quanto às iniciativas do “city planning”. Nelson P. Lewis e seu livro “The planning of the modern city”, influencia os profissionais americanos a partir de 1916, aprofundando o tema da administração das cidades, as comissões de planejamento, os princípios para normas de urbanismo e para o financiamento da execução do plano e as comissões de planejamento. No acervo pessoal de Anhaia Mello, destaca-se a edição de 1922 desta obra, que é citada, tanto por ele, quanto por Washington Azevedo e Saboya Ribeiro. A partir de 1930, ainda, divulga-se intensamente o “Regional Plan of New York and Its Environs”,

coordenado por Thomas Adams, urbanista inglês, para uma área compreendendo 22 condados e 420 municípios .

Sobre as Comissões de Plano de Cidades, Anhaia Mello afirma em 1929:

Um outro dispositivo de administração das modernas e progressistas cidades americanas (adotada por 529 das maiores cidades de quarenta e quatro estados) é a Comissão do Plano da Cidade. Ou nós adotamos dispositivo idêntico ou nunca faremos obra completa e durável em matéria de urbanismo... (ibidem, p.70)

A esse respeito alerta Armando de Godoy, em artigo de 1936:

A história de inúmeras cidades norte-americanas mostra-nos os enormes serviços que as “City Commission” podem prestar aos centros de população, quando elas são bem constituídas e dominadas de elevados propósitos sociais: e estéticos. As comissões de urbanismo funcionam como órgão intermediário, de grande utilidade, entre o governo, e a opinião pública, facilitando enormemente a tarefa das autoridades municipais. (ibidem, p.309)

Sua luta pelo planejamento é constante e em 1935 publica um artigo “O Urbanismo nos Estados Unidos” em que discorre sobre os avanços observados nesse campo após visita que faz a esse país. Além de apresentar o quadro do urbanismo americano, defende as comissões de plano e o Plano Regional de Nova York como exemplo de planejamento: “o mais gigantesco e complexo plano até hoje elaborado”. (ibidem, p. 211).

Para Washington Azevedo, a comissão deve, também, incluir cidades e regiões. Por isso, concorda que a mais completa é a instituída para o Plano Regional de Nova York. (1935, p.180) O engenheiro tem contato direto com os princípios do “City Planning” praticado nos EUA, onde faz pós-graduação na Universidade de Harvard em 1932. As propostas presentes em seus livros (1934, 1935) se relacionam à organização administrativa dos estados e das municipalidades. Para “industrializar a administração municipal” (1935, p.7), afirma a importância do “city manager”, um técnico especializado mantido nas administrações e independente de grupos políticos, iniciativa recomendada por N. P. Lewis (1922).

Para Saboya Ribeiro, devem ser adotadas as comissões de representantes eleitos como utilizadas pela administração local nos E.U.A., algumas contemplando a figura do “manager”, um técnico sem vinculação política. (1936, p.89) As suas idéias reforçam o discurso internacional e as iniciativas empreendidas nos EUA com o Plano Regional de Nova York.

Devemos destacar, que a agenda urbanística inclui o zoneamento como instrumento ordenador fortemente vinculado à gestão eficiente da cidade. Nesse caso situam-se, Anhaia Mello, que citando Morris Knowles, o considera a espinha dorsal do urbanismo. (1929, p.8) Tanto Godoy (1943) quanto Saboya Ribeiro³² (1948) e, ainda, Azevedo defendem o zoneamento como parte de um plano diretor com estreita relação com a densidade., utilizando os E.U.A. como exemplo.

Sua característica de “preservação dos valores imobiliários”, diante do crescimento das cidades, é ressaltada por Saboya Ribeiro. (1948, p.327)

Mas, a circulação de idéias também se dá entre países da América do Sul. José Estelita (1936) apresenta os planos para Buenos Aires, entre eles o Plano de Remodelação e Extensão de Bouvard, realizado em 1910. O autor relata, ainda, outras medidas visando o planejamento daquela cidade, e entre elas a visita de Le Corbusier em 1930³³. Carlos M. Della Paolera (1939), diretor técnico do Plano de Urbanização de Buenos Aires, apresenta o plano realizado à época. Hermínio de Andrade e Silva (1942) divulga a edição no Chile da “Ordenanza General de Construcciones y Urbanización”, normas que regulam a edificação e a planificação de cidades.

Os Congressos constituem momentos valiosos para a construção de consensos. O V Congresso Panamericano de Arquitetos, realizado em Montevidéu tem suas conclusões apresentadas em 1940 pela Revista Municipal de Engenharia. Entre outros assuntos, é proposta a criação de Institutos Nacionais da Vivenda em cada um dos países e do Instituto Pan Americano de Vivenda com sede em Buenos Aires. Mário Martins (1941) no 1º Congresso Brasileiro de Urbanismo defende a elaboração de planos diretores, regionais e nacionais e a criação do Departamento Nacional de Urbanismo. O Plano Regional de Nova York é utilizado mais uma vez como exemplo.

O urbanismo moderno, e a cidade existente?

É possível identificarmos, então, duas visões de atuação sobre a cidade: uma mais ligada a projetos de melhoramentos, outra defensora de planos diretores, integrando os projetos de urbanização e de comissões de planos de cidade. Esta última evolui para a forma gestão de cidades ou planejamento de cidades, contemplando as idéias em circulação expressas por Anhaia Mello, Armando de Godoy, Washington Azevedo e Saboya Ribeiro. Merece destaque, o fato da administração Dodsworth, na ausência de um plano diretor, conseguir mesclar o urbanismo de melhoramentos, através de seu conjunto de obras, com a instituição da CPC, encontrando-se entre as suas funções principais a própria organização do plano.

Em meados da década de 1930, entretanto, surge um fato novo no debate no Distrito Federal, um novo paradigma, que não se desenvolve a partir dessas duas correntes: o urbanismo moderno, uma terceira via que é divulgada pelos congressos do CIAM. A circulação dos princípios do movimento moderno se deve em grande parte às visitas de Le Corbusier ao Rio de Janeiro (1929,1936), que se torna o principal veículo de tradução dos ideais do CIAM junto aos urbanistas locais. O movimento moderno promete a solução dos problemas da cidade

através da adoção de seus princípios, criando-se uma nova cidade, enquanto as duas primeiras correntes pretendem melhorar a cidade existente preparando-a para o futuro.

Segundo Le Corbusier, o urbanismo deve dar as costas ao passado e voltar-se para o futuro. Dentro dessa visão, propõe a negação das propostas de Agache³⁴, por entender que representam aquilo com que se deveria romper. Nessa ocasião, assume uma posição diversa da adotada por ocasião em 1929, em que não se opôs claramente à Agache que se encontrava em vias de elaborar o seu plano para a cidade. As divergências não são somente, o fato de Agache olhar para o passado e Le Corbusier para o futuro, mas de diferentes visões da cidade. As propostas parecem provocar um deslocamento da luta pelo planejamento da cidade, retirando o foco da sua gestão para a sua forma e a sua função. Essa terceira corrente iria trabalhar nas cidades existentes com projetos fragmentados, não contemplando questões como planos diretores ou gestão urbana, parte da agenda urbanística em discussão.

Saboya Ribeiro(1936) teme as suas conseqüências para as cidades existentes, concordando com autores como Lewis Mumford. Contudo, suas posições quanto ao urbanismo moderno sofrem modificações ao longo do tempo. Na década de 1940 parece render-se à hegemonia dos valores modernistas e elabora estudos inspirados nesses princípios, como veremos a seguir. Em 1952, expressaria novamente a sua posição inicial, considerando a Carta de Atenas “evitada de prejudicados acadêmicos, onde se pretende estabelecer processos que não se ajustam no desenvolvimento histórico da formação das cidades”(p.120).

Adalberto Szilard (1936), dois meses após a segunda visita de Le Corbusier, utiliza os princípios divulgados e propõe soluções, que parecem constituir a primeira tentativa de expressão do novo urbanismo para o Distrito Federal. Suas propostas dirigem-se para a futura Av. Presidente Vargas, para qual projeta a separação de pedestres e veículos.

Le Corbusier (1936) no artigo “Le Préfet Passos” exalta as obras do antigo prefeito. Após a constatação da situação da cidade na década de 1930, coloca-se como continuador de um urbanismo com raízes em Haussmann no Século XIX.:

...a mesma grandeza de visão poderia reinar de novo. E, desta vez pelo esforço sincronizado entre a arquitetura e o urbanismo, os trabalhos de Passos poderiam ser continuados, dentro dos seus espíritos e suas linhas – com as técnicas modernas – e com um sentimento cívico de responsabilidade bastante elevadas para que o Rio de Janeiro traga ao mundo a demonstração brilhante que os Tempos Modernos, em se preparando, estão prontos para criar esplendores desconhecidos e para preparar as glórias de uma nova civilização. (1936, p.244)

Despontam, também, projetos inspirados no movimento moderno produzidos pelos urbanistas locais. No pavilhão da Prefeitura na XIª Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro (1938) em que são apresentados os projetos preparados pela Comissão do Plano da

Cidade, embora, a maioria das propostas sejam viárias, suas “maquettes” demonstram o aproveitamento dos terrenos por uma tipologia segundo princípios modernistas, onde estão presentes elementos como os pilotis e as áreas livres.

O foco da discussão parece mudar do planejamento e da gestão da cidade para a quadra e seu melhor aproveitamento. Em 1938, Affonso Eduardo Reidy discorda da proposta anteriormente feita por Agache para a Esplanada do Castelo de quadras com áreas internas, um resíduo da rua corredor, e a partir de 1938, os Projetos de Alinhamento estabelecidos em 1928 segundo o Plano Agache são revogados.

Os princípios do urbanismo modernista se expressam com intensidade na década de 1940. Os ideais dos CIAM são divulgados por Paul Lester Wiener³⁵ (1942) em visita ao Rio de Janeiro a convite do Instituto dos Arquitetos do Brasil. O autor trata do equilíbrio entre as funções de habitação, trabalho, lazer e meios de transporte. Usa como um dos exemplos a área reconstituída do Rockefeller Center em Nova York, um projeto dentro de uma cidade.

Adalberto Szilard, arquiteto, divulga os ideais de Le Corbusier (1943) no artigo “Cidades do Amanhã” e propõe vias exclusivas para veículos, a urbanização do subsolo para transporte ferroviário, edificações sobre pilotis e a verticalização com criação de áreas livres. Saboya Ribeiro (1943) no artigo “Os Núcleos Residenciais do Futuro”, propõe um grupamento habitacional para o bairro da Gávea dentro dos princípios modernistas e em 1945 defende um aproveitamento para a esplanada do Morro de Santo dentro dos novos princípios sem a clássica divisão em lotes e quadras.

No final da década de 1940, contudo, parece ocorrer uma síntese, com a busca de uma saída para as cidades existentes. Adalberto Szilard em livro editado em 1950 com J. Oliveira Reis traça o desenvolvimento da teoria do urbanismo moderno. Compara as propostas de Le Corbusier, concentração e alta densidade e Frank Lloyd Wright, dispersão e baixa densidade, para concluir que constituem propostas radicais, tornando-se necessário voltar para os demais urbanistas que propuseram melhoramentos nas cidades existentes. Sua atenção se centra em Patrick Geddes, Lewis Mumford e Werner Hegemann.

Nesse momento, o discurso e a agenda urbanísticos já incluem a gestão e o planejamento das cidades. E, ainda que a década de 1940 termine sem grandes avanços nesse campo, em especial, no Distrito Federal, havia sido criado o Departamento de Urbanismo – DUR, as idéias estavam lançadas e viajavam entre países. Teriam lugar, mais tarde, os planos de desenvolvimento, de diretrizes, integrados, e a busca por reunir os projetos isolados, que tenderiam a se separar qual plumas ao vento.

Bibliografia

AGACHE, D. Alfred H. Cidade do Rio de Janeiro, Remodelação, extensão e embelezamento. Rio de Janeiro: Foyer Brésilien, 1930.

ANHAIA MELLO, L. I. Problemas de urbanismo: bases para a resolução de problemas técnicos. São Paulo: Boletim do Instituto de Engenharia, 1929.

ANDRADE E SILVA, H. Urbanismo na República do Chile. Revista Municipal de Engenharia, v. 9, maio de 1942. p. 161- 163.

AZEVEDO, W. Urbanismo no Brasil. Rio de Janeiro: Casa Editora Enrico Velho, 1934.

_____. A organização técnica dos municípios. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1935.

COSTA, R. Gama-Rosa. O Brasil do Club dos Bandeirantes. Revista Viver Cidades. 07/10/2005. www.vivercidades.org.br

Departamento de Urbanismo do Centro Carioca. Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo, Revista de Arquitetura, ano 6, nº 50, Rio de Janeiro, dezembro 1940.

DINIZ, E. O Estado Novo: estrutura de poder, relações de classes. In Brasil Republicano: sociedade e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.78-119.

DODSWORTH, H. Problemas da Cidade, Revista Municipal de Engenharia, nº1, 1943, p.3-5.

ESTELITA, J. Buenos Aires e o seu problema de urbanização. Revista da Diretoria de Engenharia, nº 4, ano V, vol. III, julho de 1936, R.J., PDF, p. 192-194.

FELDMAN, S. O Urbanismo que exige a vida moderna. Anais do I Enanparq. Rio de Janeiro, 2010.

GODOY, A. Sugestões sobre a Lagoa Rodrigo de Freitas e os terrenos marginais, Revista da Diretoria de Engenharia, ano III, nº 13, novembro de 1934, p. 148-154.

_____.As conseqüências sociais e econômicas dos princípios do urbanismo. Revista do Clube de Engenharia, Novembro 1935, p.711-719.

_____. Algumas transformações e conquistas urbanas do Rio de Janeiro através de diferentes governos. Revista Arquitetura e Urbanismo, Julho/Agosto 1936, p. 45-48.

_____. O urbanismo nos Estados Unidos. Revista da Diretoria de Engenharia, ano III, nº 14, Janeiro de 1935, p.205-213.

_____. A urbs e seus problemas. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1943.

GRAHAN. L. S. Civil Service Reform in Brazil, principles versus practice. Austin, Tx: University of Texas Press, 1968. .

LE CORBUSIER. “Le Préfet Passos”, Revista da Diretoria de Engenharia, nº IV, setembro de 1936, p. 243-244.

LEME, M. C. A formação do pensamento urbanístico no Brasil, 1895-1965, In Urbanismo no Brasil 1895-1965, São Paulo, Frupam / Nobel, 1999.

LEWIS, N. P. The planning of the modern city. New York: John Wiley & Sons, 1922.

MARTINS, M. de Souza. Os problemas das cidades e a organização do plano diretor, Revista da Diretoria de Engenharia, RJ, novembro de 1937, p 369-371.

_____.Primeiro Congresso Brasileiro de Urbanismo. Revista Municipal de Engenharia, março de 1941.

MELO, M. A. B. Municipalismo, nation building e a modernização do estado no Brasil. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 23, 1993, p.1-18.

MENDONÇA, V. Sobre o plano diretor da Cidade do Rio de Janeiro, Revista da Diretoria de Engenharia, RJ, maio de 1936, p. 133-135.

MORAES, M. C. M.. Reformas de ensino, modernização administrada, a experiência de Francisco Campos: anos vinte e trinta. Florianópolis: UFSC, Centro de Ciências da Educação, 2000.

PAOLERA, C. M. de D. Tráfego, espaços livres e altura dos edifícios na cidade de Buenos Aires, Revista Municipal de Engenharia, Janeiro de 1939.

PASSOS, E. Plano diretor da Cidade do Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, Departamento de Geografia e Estatística, RJ, julho de 1945, p. 161-170.

PEREIRA, M. et alii. Le Corbusier e o Brasil, São Paulo, Tessela - Projeto, 1987.

PITANGA, A. F. de Souza. O plágio no urbanismo do Sr. Agache. Revista da Semana, ano XXIX, 24/11/1928, nº 49 e 15/12/1928, nº 52, R.J.

Plan of New York and Its Environs, 1929,1931. v.1. The graphic regional plan, v.2. The building of the city / by Thomas Adams.

Primeiro Congresso Brasileiro de Higiene. Annaes. Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas de Inspetoria Demográfica Sanitária, 1926.

PORTINHO, C. O critério científico do urbanismo. Revista da Diretoria de Engenharia, ano II, nº 8, janeiro de 1934, R.J., p. 15 -16.

PORTO D'AVE, A. "Antropophagos". A Bandeira, ano II, nº 14, janeiro de 1929, p. 3-4.

REIDY, A. E. Urbanização da Esplanada do Castelo, Revista Municipal de Engenharia, setembro 1938, p.604-607.

REIS, J. O. O Rio de Janeiro e seus Prefeitos. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.

SABOYA RIBEIRO, J. O. A cidade e o Estado, urbanismo, problema político, evolução urbana do Brasil. Rio de Janeiro: 1936. (mimeo)

_____. Urbanização da Esplanada de Santo Antônio e de sua adjacências, Revista Municipal de Engenharia, Rio de Janeiro, janeiro 1945, p. 6-14.

_____. Os Núcleos Residenciais do Futuro. Revista Municipal de Engenharia, nº 4, outubro de 1943, p.225-229.

_____.Urbanização do Rio de Janeiro e o Problema do Tráfego. Conferência no Clube de Engenharia, Revista de Engenharia, novembro de 1948, p.327-333.

_____. O espaço exterior na composição arquitetônica, Tese para Professor Catedrático de Construção Civil e Arquitetura, Escola Nacional de Engenharia, Rio de Janeiro, 1952.

SAES, D. Classe média sistema político no Brasil. São Paulo: T. A.. Queiroz, 1984.

_____. Classe média e política no Brasil, 1930-1964. In Brasil Republicano: sociedade e política. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

SARMENTO, C. E. O Rio de Janeiro na era Pedro Ernesto, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SIEGEL, G. B. The vicissitudes of Governmental Reform in Brazil: a Study of the DASP, Los Angeles, Ca: School of Public Administration , University of Southern California, 1966.

SZILARD, A. Cidades de Amanhã. Revista Municipal de Engenharia, nº 3, julho de 1943, p.161-166.

_____. A margem das conferências de Le Corbusier. Revista de Arquitetura e Urbanismo, RJ, ano I, setembro e outubro 1936, p.165-179.

SZILARD, A. e J. de Oliveira Reis. Urbanismo no Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Editora O Construtor, 1950.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento no Brasil. In DEAK, Csaba e SCHIFFER, Sueli R, (org.) O Processo de Urbanização no Brasil. São Paulo: USP, 2004.

1 Especialmente, a Revista do Clube de Engenharia (1887 -) e a Revista da Diretoria de Engenharia(1932 -1937) , posteriormente denominada Revista Municipal de Engenharia (1937-),publicada pela Prefeitura do Distrito Federal.

2 Essa conjugação de fatores se dá nas administrações do Prefeito Pereira Passos (1902-1906) e do Prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945).

3 Após novembro de 1930, Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, suspende a Constituição de 1891, dissolve o Congresso Nacional e as Assembléias Estaduais e substitui os governadores por interventores federais por ele nomeados. (Senado Federal, consulta 17/03/ 2008)

4 Sobre o assunto ver Moraes (2000).

5 Melo justifica, destacando nessa concepção o município como instância pré-política, entrelaçado com o poder central sem mediações de instâncias territoriais ou político-partidárias. Por outro lado, a Constituição de 1937 e a legislação sobre municípios é centralizadora, inclusive pela limitação da autonomia financeira do município. (Melo, p.4)

6 Fazem parte dessa elite técnica: Francisco Campos e Anísio Teixeira, no setor de educação, Francisco Campos também nos setores de cultura e justiça, Oswaldo Aranha nos setores de finanças e de relações internacionais e Luis Simões Lopes e Mauricio Nabuco no setor de administração pública.

7 Teixeira em 1927 viaja para os Estados Unidos onde faz contato com John Dewey, expoente da “escola nova”, retornando anos mais tarde para graduar-se em educação sob a sua orientação.(Sarmiento, 2001)

⁸.Nasce em 1904 em São Paulo. Forma-se em engenharia e abre um escritório de consultoria técnica no Rio de Janeiro. Intitula-se “engenheiro urbanista”. Morre em 1944.

9 Nasce em 1876 no Estado de Minas Gerais. Forma-se engenheiro e morre em 1944. É editor da Revista Municipal de Engenharia desde a sua fundação em 1932 até 1943.

10 Nasce no Ceará em 1903 e morre em 1969. Forma-se em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro.

¹¹ Nasce em 1891 em São Paulo e morre em 1974. Forma-se em engenharia em 1913. Foi professor de urbanismo e prefeito da cidade de São Paulo por dois períodos.

12 Sobre a temática e o Clube dos Bandeirantes ver Renato Gama-Rosa Costa, 2005.

13 As proposições dizem respeito ao aterramento do Saco da Glória e a Ponta do Calabouço, proveniente do desmonte do Morro do Castelo e sobre o prolongamento da Av. Rio Branco junto à Av. Beira Mar.

14 Agache foi Secretário Geral da Sociedade Francesa de Urbanistas. Suas idéias eram partilhadas pelos estudiosos do Museu Social, uma visão de urbanismo em que eram valorizados aspectos sociais, econômicos e a interdisciplinariedade. Sobre o assunto cf. Bruant, C. D.A. Agache, L'architecte et le sociologue in Les Études Sociales n°122. Paris, 1994.

15 No acervo de Anhaia Mello encontram-se os livros de D. A. Agache: Comment reconstruire nos cités détruites. Paris: Librairie Armand Colin, 1916 e La remodelation d'une capitale, aménagement, extension, embelissement. Paris: Société Coopérative d'Architectes, 1932. E, também: : “The planning of the modern city” de Nelson P. Lewis (1922).

16 “La donna è mobile, qual piuma al vento. Muta d'accento — e di pensiero”. A mulher é inconstante, qual pluma ao vento. Muda de voz e de pensamento. (tradução livre) Verdi, Rigoletto.(1851).

17 Por ser considerado inexequível em menos de 50 anos. Segundo Oliveira Reis, um erro de julgamento devido ao mal assessoramento do Prefeito. Entrevista em 09/05/1992 para os autores da pesquisa.

18 O Plano é examinado por uma comissão da qual fazem parte Armando de Godoy (pres.), Henrique de Novaes, Lúcio Costa, Arquimedes Memória, Ângelo Bruhns, Raul Pederneiras e José Mariano Filho.

19 Trata-se de parecer da Diretoria de Engenharia da Secretaria de Viação e Obras, em processo no qual o Centro Carioca apela para a adoção de um plano diretor para a cidade.

²⁰ Trata-se de referência ao Castelo de Malherbes situado entre Nimes e Montpellier na França, famoso por seus parques e atividade agrícola, de propriedade dos bisnetos de Victor Hugo.

²¹ PA 2825/37, aprovado por uma comissão com representantes do Departamento de Viação Civil e do Instituto de Arquitetos do Brasil, na administração do prefeito Olímpio de Melo (1936-1937).

22 O Plano Agache havia proposto a instituição de uma Direção ou Repartição Permanente do Plano para acompanhar a sua execução, sugerindo no caso do Distrito Federal a sua subordinação ao Presidente da República, como no Plano de Remodelação em Washington (DC). (Agache, 1930, p.322)

23 As relações entre os dois engenheiros são próximas e Oliveira Reis vem a ser o padrinho da filha de Saboya Ribeiro. Entrevista com J. O. Saboya Ribeiro Filho em 21 de outubro de 2002.

24 Segundo Oliveira Reis ela deveria ser mais ampla, com 12 membros, sob a presidência do Secretário Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas e 4 dos membros deveriam pertencer aos departamentos municipais. Acervo J. de Oliveira Reis / cx. 22 – Arquivo da Cidade do Rio de Janeiro – texto sem data.

25 Suas reuniões se realizam no 4º andar do Cine Teatro Glória na Cinelândia. Entrevista com os arquitetos Estélio Roxo, Sylvio Proença e Rachel Sisson em 11/09/ 2002, pelos autores da pesquisa.

26 Sobre o assunto: Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro, Revista Municipal de Engenharia, RJ, nº6, novembro de 1941, p. 314 -334; Passos, E. Melhoramentos do Rio de Janeiro, Revista do Clube de Engenharia, RJ, nº73, maio/junho de 1941, pág. 03- 22. Passos, E. Plano diretor da Cidade do Rio de Janeiro, Prefeitura do Distrito Federal, Departamento de Geografia e Estatística, RJ, julho de 1945, p. 161-170.

27 Segundo Edison Passos: "... a Comissão do Plano da cidade procedeu à análise própria da questão e considerou dentre as sugestões aproveitáveis, algumas das idéias contidas no esboço de plano diretor apresentado pelo arquiteto Alfredo Agache". (Passos, 1941,p.3)

28 A Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas na XIª Feira Internacional de Amostras, Revista Municipal de Engenharia, nº 6, R. J, novembro de 1938, p. 670-693.

29 Decreto-lei nº. 8305 de 06 de dezembro de 1945, aprovado pelo Presidente da República.

30 De 1937 à 1945,na administração do Pref. H. Dodsworth, passam pela Comissão: Hermínio de Andrade e Silva e José Otacílio de Saboya Ribeiro, entre outros profissionais.

31 A circulação de idéias entre EUA e França resulta, no que se refere a Agache, no seu artigo "City planning in the United States" publicado na Revista "City Planning", vol. VI, Outubro 1930, p.264-269.

32Relata o sistema de "twenty percent protest" utilizado pelos E.U.A., em que se 20% dos afetados por mudanças de zoneamento forem contrários à determinada proposta, a mesma não poderá ser aprovada.

33 Relata ainda as visitas do Prof. Jaussellin em 1930 e de Werner Hegeman em 1931, diretor da Revista alemã Arquitetura e Urbanismo.

34 Em carta a Oswaldo Costa de 22/04/1930 já lamenta o fato do plano ter sido conferido a um arquiteto à margem da era maquinista. A correspondência está transcrita em Pereira, 1987.

35 O autor, arquiteto americano, estuda em Berlim, Paris e Viena e cria o grupo Contemporanea (1928) que reuniu artistas internacionais.